DIÁRIO OFICIAL DO
LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Ano XXXII - N° 6.648
Sexta-feira, 23 de Fevereiro de 2024

Indígenas dos povos Pataxó-Hãhãhãe e Tupinambá visitam a Câmara Municipal

Eles se reuniram com o presidente Carlos Muniz e a vereadora Marta Rodrigues

Foto: Antonio Queirós



A visita ocorreu na quarta-feira, 21. O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Carlos Muniz (PSDB), e a vereadora Marta Rodrigues (PT), receberam o cacique Agnaldo, coordenador do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) e líder do povo Pataxó Hãhãhãe, o cacique Babau, líder do Povo Tupinambá, da Serra do Padeiro, e outros indígenas da comitiva.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

Téo Senna se associa à APLB em denúncia contra o governo estadual

Vereador discorda de portaria que indica aprovação automática dos estudantes

Na sessão ordinária realizada na tarde de segunda-feira (19), o vereador Téo Senna (PSDB) se associou à APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia na denúncia contra a Portaria nº 190, do governo estadual, sobre a aprovação em massa ou automática dos alunos da rede pública estadual no último ano letivo.

"Ficamos surpresos e ao mesmo tempo contentes com a postura da APLB, que vai de encontro ao governo estadual ao apresentar uma denúncia contra essa ação de deseducação, vez que a aprovação automática de todos os alunos da rede estadual de ensino é uma falta de respeito ao processo pedagógico. Trata-se de uma afronta e um descompromisso com a educação", criticou Téo Senna.

Foto: Antonio Queirós



Vereador Téo Senna

Vice-presidente da Comissão de Educação, Esporte e Lazer da Câmara Municipal, Téo Senna disse que iria continuar acompanhando o caso, ao tempo em que convidou membros da APLB-Sindicato para prestarem maiores esclarecimentos ao colegiado sobre a situação de escolas estaduais localizadas em Salvador.

De acordo com o sindicato, a portaria invalida todo o processo pedagógico, além de desrespeitar o trabalho do professorado com relação às avaliações quantitativas e qualitativas, bem como os procedimentos do conselho de classe por unidade, que foram debatidos aluno por aluno, além da recuperação final ao término do ano letivo e, por último, o conselho de classe.

Marta Rodrigues critica leilão de terrenos de Salvador

"Descumpre lei que o próprio prefeito sancionou", diz vereadora

A vereadora Marta Rodrigues (PT) criticou, nesta quarta-feira (21), os termos dos leilões que deverão ser realizados pela Prefeitura de Salvador para 13 dos 40 terrenos que foram desafetados por meio de projeto de lei aprovado no Legislativo Municipal no final de 2023.

Marta Rodrigues diz que falta transparência e diálogo no processo que "descumpre quesitos legais sem garantir que as áreas desafetadas, ao serem vendidas, terão, no mínimo algum retorno social". "Já não bastasse a falta de transparência em relação às informações e aos estudos que justificassem a desafetação dos terrenos, que atingiu áreas verdes, áreas para postos de saúde e para escolas, o prefeito agora quer vendê-los sem nenhum critério favorável a população, sem sequer cumprir exigências legais", declarou.

A vereadora afirma que o edital do Executivo Municipal descumpre a legislação que estabelece prioridade para que áreas escolares sejam adquiridas para a construção de escolas.

Foto: Antonio Queirós



Vereadora Marta Rodrigues

"Na lei aprovada ficou estabelecido que os terrenos que estavam afetados ao uso escolar deveriam ser prioritariamente arrematados por particulares que se comprometam a usar o imóvel para construir uma escola, mas o edital publicado não prevê os critérios que viabilizam essa preferência. Não é, sequer, um critério de desempate. Ou seja, além de querer vender terrenos que tinham importantíssima utilidade pública, a Prefeitura não foi capaz de cumprir a própria lei que sancionou", diz.

Ainda conforme Marta, a lei prevê que os recursos da venda de áreas verdes devem ser destinados a implantação e execução de projetos e ações do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (Savam).

"A Prefeitura já incluiu cinco áreas verdes nesse primeiro lote, então a pergunta é: quando arrecadar, e se arrecadar, quais são os projetos e ações previstos pra receber esses recursos? Não temos, mais uma vez, nenhuma transparência. Assim como desafetou aleatoriamente, parece estar querendo vender às pressas sem seguir critérios legais", declarou a parlamentar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

1ª Vice-Presidente:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Sabá
saba@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Marcelo Maia
marcelomaia@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Ricardo Almeida
ricardoalmeida@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Átila do Congo
atiladocongo@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Augusto Vasconcelos
augustovasconcelos@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Substituto:
Anderson Ninho
andersonninho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Alexandre Aleluia
alexandrealeluia@cms.ba.gov.br

1ª Vice-presidente suplente:
Ireuda Silva
ireudasilva@cms.ba.gov.br

1º Secretário suplente:
Fábio Souza
fábiosouza@cms.ba.gov.br

2º Secretário suplente:
Hélio Ferreira
hélioferreira@cms.ba.gov.br

Diretor de Comunicação
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

SIGA A CÂMARA NAS REDES SOCIAIS

@camarasalvador
@camaradesalvador
camaradesalvador

TV Câmara Salvador / Canal aberto 12.3

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Carlos Muniz e Marta Rodrigues se reúnem com líderes indígenas

O chefe do Legislativo fez um convite para alunos do Colégio Indígena visitarem a Câmara de Salvador

Fotos: Antonio Queirós



O presidente da Câmara Municipal de Salvador, Carlos Muniz (PSDB), e a vereadora Marta Rodrigues (PT), tiveram uma reunião, na quarta-feira (21), com o cacique Agnaldo, coordenador do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) e líder do povo Pataxó-Hãhãhãe, e o cacique Babau, líder do Povo Tupinambá na Serra do Padeiro. Eles estiveram no Paço Municipal acompanhados de outros indígenas.

"O presidente Carlos Muniz fez um convite para os alunos do Colégio Estadual Indígena Serra do Padeiro conhecerem o Legislativo da capital da Bahia, incluindo o Memorial da Câmara Municipal de Salvador, que tem a recordação de muitas lutas", disse Marta Rodrigues. A Serra do Padeiro é uma Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia.

"É uma grande honra ter tido esse contato com os caciques Babau e Agnaldo e os outros indígenas que os acompanharam. As portas desta primeira Casa Legislativa de uma capital do Brasil estão abertas para os povos originários, que têm um papel muito importante na construção desta nação miscigenada chamada Brasil. Esperamos contribuir, com essa iniciativa, para o conhecimento dos jovens indígenas acerca da rica história do nosso país", disse Carlos Muniz.



O cacique Babau ressaltou a origem indígena da vereadora Marta Rodrigues. "Viemos a esta Casa Legislativa também porque Marta Rodrigues é um motivo de orgulho para os tupinambás", comemorou o líder indígena.



FOMENTO AO ESPORTE

Eles também visitaram, em Salvador, órgãos públicos vinculados ao governo estadual. "Uma de nossas pautas nestas audiências com representantes dos órgãos púbicos foi a aquisição de tecnologias para aplicarmos na agricultura. Também estamos buscando mais suporte para os nossos jovens indígenas na área de educação. E temos tido apoio do governador Jerônimo Rodrigues no fomento a práticas esportivas para os jovens e crianças. E agora queremos suporte para a prática de natação, pois os curumins têm a prática dessa modalidade nos rios", frisou.

Já o cacique Agnaldo frisou que existem mais de 30 povos indígenas na Bahia. "Este diálogo com o presidente Carlos Muniz e com a vereadora Marta Rodrigues é muito importante para estreitar a relação entre os povos. E um assunto que deve ser discutido com os poderes públicos é a questão de uma nova legislação indígena, que venha a contemplar a questão dos indígenas urbanos", afirmou.

Segundo ele, há uma população de 230 mil indígenas na Bahia. E, deste total, mais de 180 mil vivem em "meios urbanos".

> **"As portas desta primeira Casa Legislativa de uma capital do Brasil estão abertas para os povos originários, que têm um papel muito importante na construção desta nação miscigenada chamada Brasil. Esperamos contribuir, com essa iniciativa, para o conhecimento dos jovens indígenas acerca da rica história do nosso país"**
>
> **Carlos Muniz**